A presença do crime na Amazônia 2026



AMAZON UNDERWORLD

almargen · ARMANDOINFO · INFOAMAZONIA · La Liga CONTRA EL SILENCIO

A presença do crime na Amazônia — 2026

AMAZON UNDERWORLD
Uma aliança investigativa transfronteiriça que acompanha as tendências do crime na Amazônia.
https://amazonunderworld.org/

COORDENAÇÃO DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS
Juan Torres

REDAÇÃO E ANÁISE
Bram Ebus

PESQUISA
Bolívia: Amazon Underworld
Brasil: InfoAmazonia - Juliana Mori, Fabrício Queiroz, Daleth Oliveira, Dhara Inácio Leandro Barbosa (coordenação).
Colômbia: Daniela Castro, Bram Ebus e Juanita Vélez
Equador: Isabel Alarcón
Peru: Al Margen - Pamela Huerta Bustamante
Venezuela: Bram Ebus e María Ramírez

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Jeanneth Valdivieso M.

EDIÇÃO
Adam Gallagher

MAPAS
Natalie Barusso

DESIGN
Laura Alcina

APOIO

UK International Development
Partnership | Progress | Prosperity

Ministry of Foreign Affairs

A presença do crime na Amazônia — 2026

AMAZON UNDERWORLD
OUTUBRO 2026



Oficiais da Marinha colombiana realizam uma patrulha no rio Guaviare, na Colômbia. Crédito: Bram Ebus.

CONTENIDO

1. INTRODUÇÃO 5

AS ECONOMIAS QUE IMPULSIONAM A EXPANSÃO 7

2. UM NOVO PANORAMA NA AMAZÔNIA 9

UMA GUINADA À DIREITA E UMA POSTURA MAIS DURA DOS ESTADOS UNIDOS 9
O PROBLEMA DO "NARCOTERRORISMO" 10

3. O CRIME SUPERA AS RESPOSTAS POLÍTICAS 12

4. ATUALIZAÇÕES POR PAÍS 14

COLÔMBIA 15
VENEZUELA 17
BRASIL 18
EQUADOR 20
PERU 22
BOLÍVIA 22

5. CONCLUSÃO 24

REFERÊNCIAS 25



No cais de Puerto Inírida, na Colômbia, pescadores e moradores preparam suas embarcações. Crédito: Bram Ebus.

1. INTRODUÇÃO

A questão do crime organizado na Amazônia ganhou espaço na agenda política, tanto em Washington quanto nos governos eleitos ou reeleitos em toda a região em 2025 e 2026. À medida que grupos criminosos ampliam seu controle sobre a floresta e atacam e matam aqueles que a defendem, as respostas políticas se tornaram polarizadas: alguns defendem ações de conservação ambiental mais robustas e um fortalecimento da governança comunitária; outros, uma maior militarização.[1] Para além dessas duas estratégias, muitas vezes conflitantes, proteger a maior floresta tropical do mundo deveria ser uma prioridade em todo o espectro político. A saúde da Amazônia é uma preocupação compartilhada: como reguladora climática vital, que armazena entre 90 e 140 bilhões de toneladas métricas de dióxido de carbono,[2] a floresta é um bem comum global.[3]

O mapeamento da presença do crime organizado do Amazon Underworld identificou, em 2026, facções criminosas ou grupos armados atuando em 768 dos 1.310 municípios amazônicos (59%) dos seis países incluídos no estudo – Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Para definir o recorte geográfico, o estudo utiliza a delimitação da região amazônica da RAISG (Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada).[4] Em 33% dos municípios onde a presença foi confirmada, há mais de um grupo atuando. E nove organizações criminosas operam atualmente em dois ou mais dos seis países pesquisados.[5]

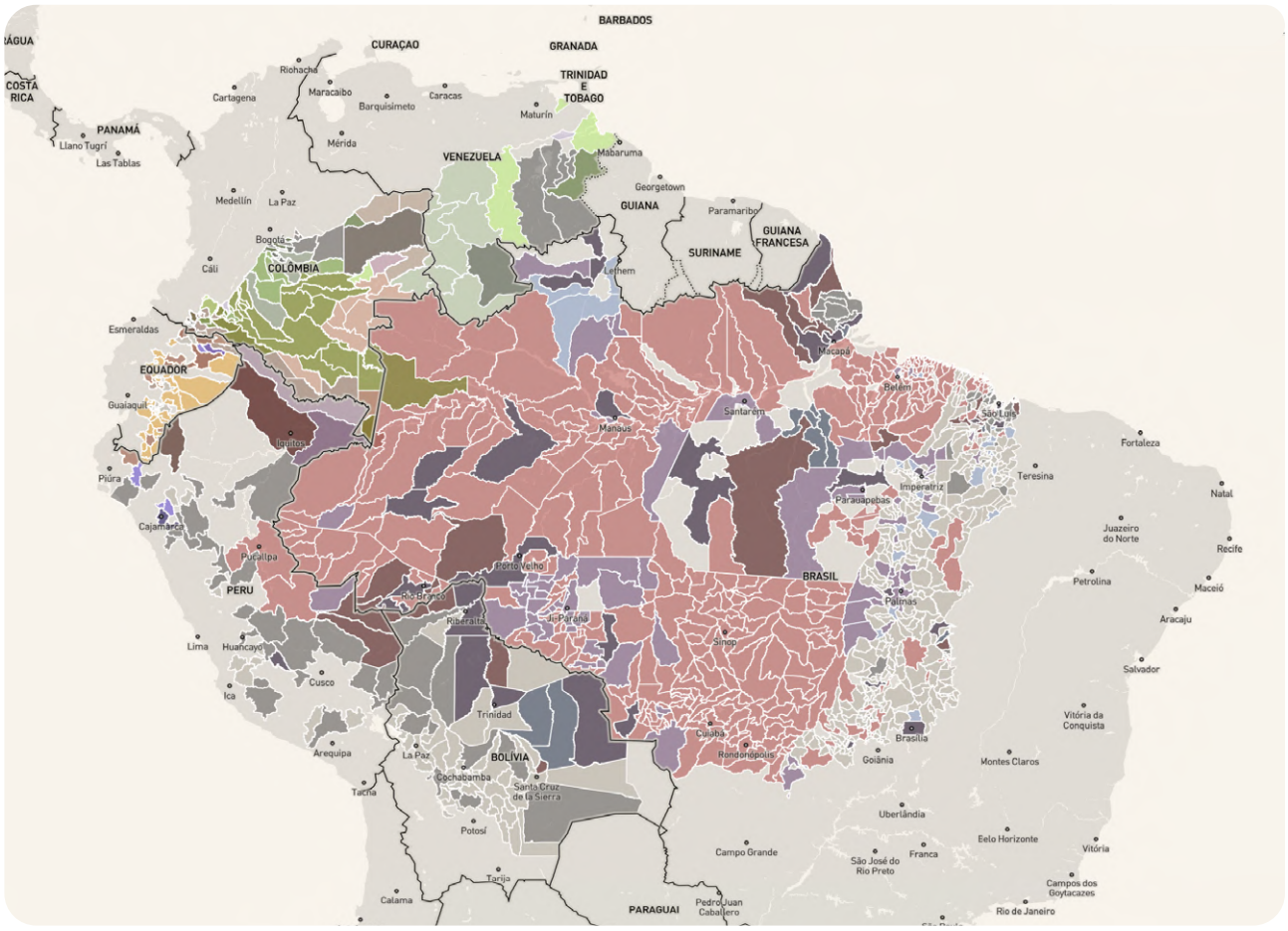
Enquanto grupos armados e criminosos disputam o controle territorial, as populações locais, especialmente os povos indígenas, sofrem o impacto mais severo da escalada da violência. Atividades em economias ilícitas, como o garimpo ou o trabalho na plantação de coca, assim como o recrutamento por grupos armados, oferecem remunerações que não são comparáveis com atividades econômicas de subsistência. E quem se opõe a essas atividades ilegais e defende a proteção da floresta corre o risco de ser ameaçado ou morto.

O que diferencia as tendências atuais do crime na Amazônia de ciclos anteriores é a crescente participação de potências externas – sobretudo Estados Unidos e China – interessadas nos mesmos recursos estratégicos visados pelos grupos criminosos organizados. O último ano também marca um novo capítulo na política amazônica: governos de direita chegaram ao poder e passaram a implementar respostas mais duras na área de segurança pública.

Assim, os grupos armados enfrentam governos muito menos dispostos a enfrentar os fatores sociais que alimentam o crime, como a falta de meios de subsistência e de acesso à educação, e mais inclinados a adotar medidas repressivas. Na Colômbia, por exemplo, essa mudança é muito visível na interrupção dos diálogos de paz e no recuo em relação a uma zona de reintegração recentemente criada para ex-combatentes na fronteira com o Equador.[6] Enquanto isso, em meio a promessas feitas pelo governo de restaurar a ordem pública – respaldadas pela abordagem militarizada dos Estados Unidos para combater o crime na região –, empresas entram no mercado de recursos naturais, sobretudo ouro e minerais críticos.[7]

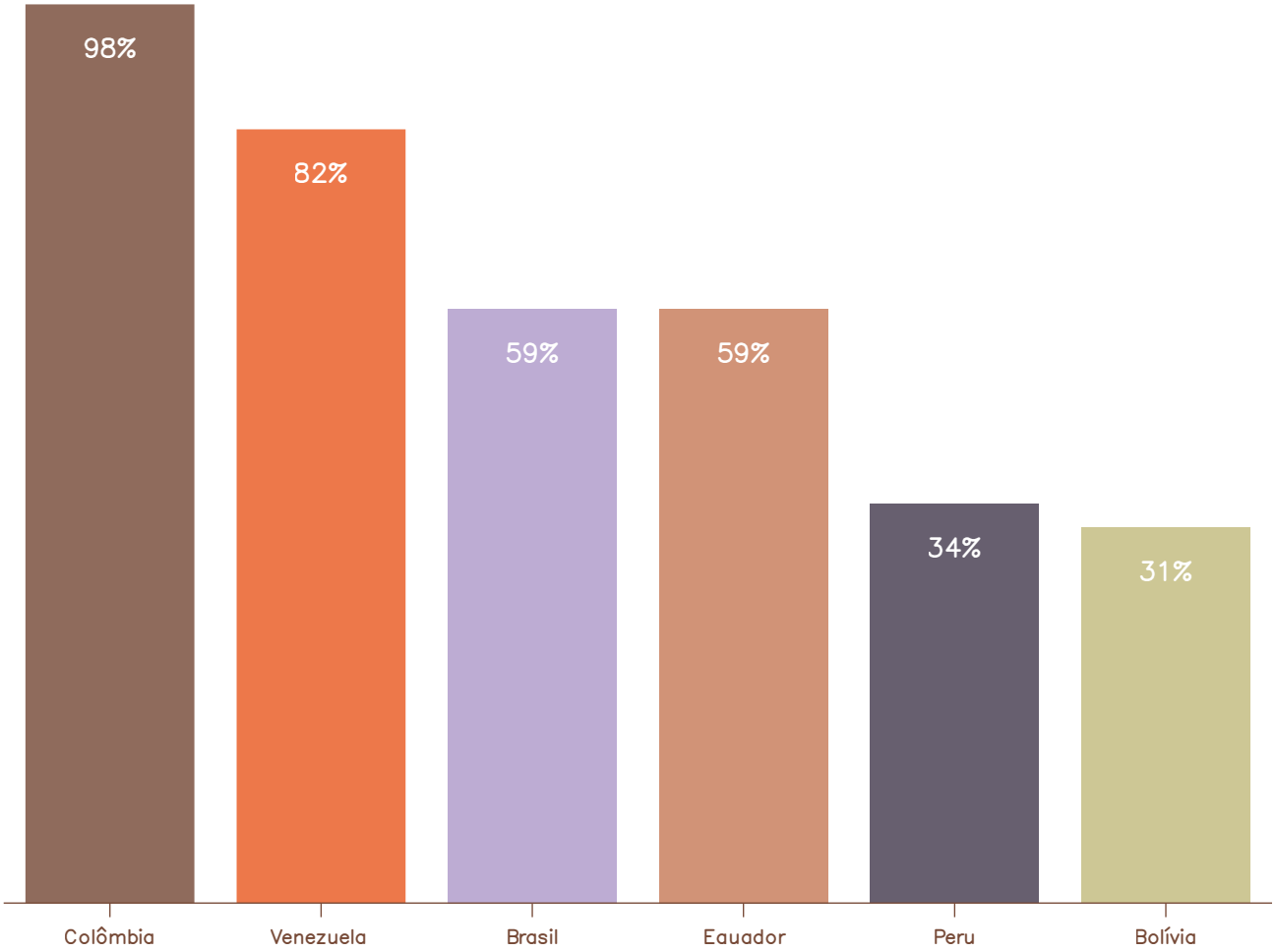
A ilegalidade, especialmente o tráfico de drogas, oferece um pretexto conveniente para intervenções militarizadas. No entanto, como demonstra nossa pesquisa, a aplicação da lei deve ser apenas um componente das estratégias para conter o crime. Fortalecer os esforços de conservação e enfrentar as dinâmicas sociais que criam condições favoráveis ao crime é mais importante e tem maior probabilidade de produzir impactos sustentáveis do que operações repressivas esporádicas. Como detalha este estudo, governos continuam propondo e implementando respostas excessivamente militarizadas, embora historicamente tenham se mostrado ineficazes. Essas abordagens podem, na verdade, ampliar os mercados ilegais e corroer ainda mais a frágil confiança que as populações amazônicas depositam em suas lideranças políticas e nas instituições do Estado.

PRESENÇA DO CRIME EM MUNICÍPIOS AMAZÔNICOS DE SEIS PAÍSES



PROPORÇÃO DE MUNICÍPIOS DA AMAZÔNIA COM PRESENÇA COMPROVADA DE GRUPOS ARMADOS, POR PAÍS

Fonte: Dados de Amazon Underworld



AS ECONOMIAS QUE IMPULSIONAM A EXPANSÃO

Na Amazônia, os interesses do crime e os corporativos se sobrepõem. A extração de recursos deixa cicatrizes na floresta desde os tempos coloniais, por meio de sucessivos ciclos de exploração de ouro, peles de animais e borracha. O extrativismo empresarial continua impulsionando o desmatamento, e o crime organizado cresceu paralelamente a essas indústrias, em vez de substituí-las. Os negócios ilícitos na Amazônia dependem de um sofisticado sistema de interações, no qual produtos ilegais são incorporados a cadeias de fornecimento legais: ouro extraído de forma legal ou ilegal chega às mesmas refinarias; gado criado em terras invadidas passa por intermediários aparentemente regulares antes de chegar aos frigoríficos; e grupos armados regularizam e vendem a empresas legais as terras que tomam à força.

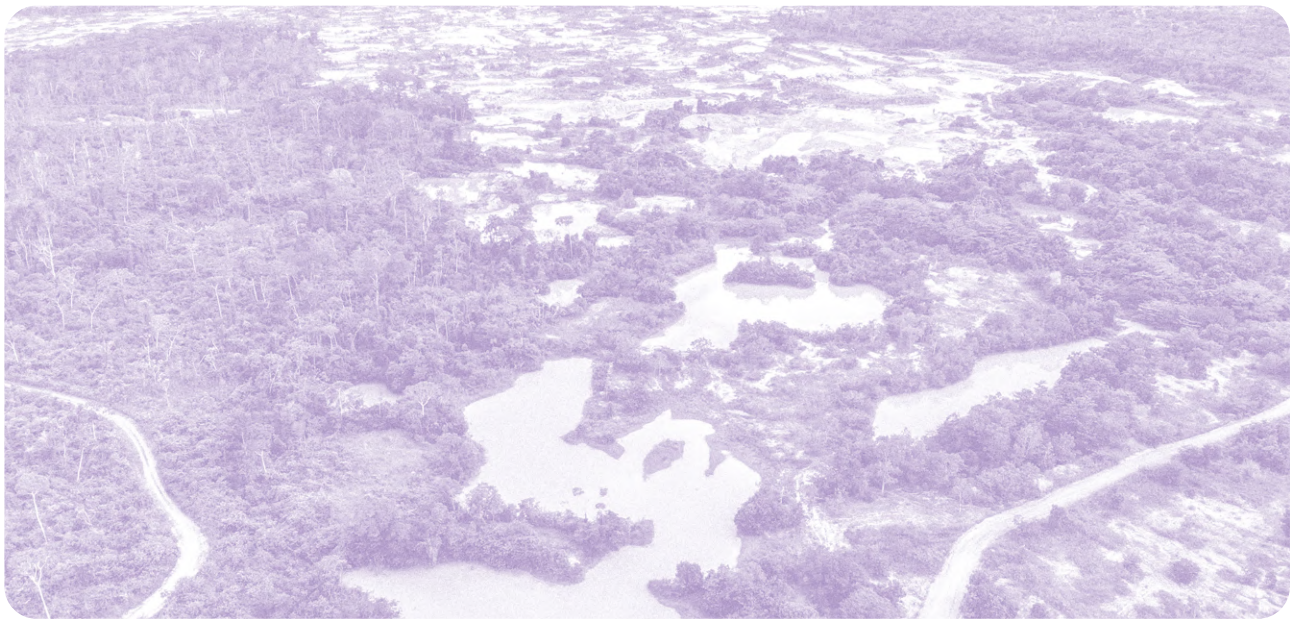
Atualmente, a indústria do ouro é a mais lucrativa e, no mercado ilegal amazônico, supera em receita inclusive a cocaína. Os preços do ouro atingiram recordes no início de 2026, sendo que o metal precioso é fácil de transportar e difícil de rastrear. Uma barra de ouro do tamanho de um smartphone pesa um quilo e vale aproximadamente US$ 135 mil,[8] tornando-se tanto uma fonte de receita quanto um instrumento para lavar lucros do tráfico de drogas. Grupos criminosos compram ouro ou controlam operações de garimpo, como faz o Comando Vermelho na Terra Indígena Sararé, em Mato Grosso, ou financiam garimpos com lucros do narcotráfico, como fazem os Comandos de la Frontera nas áreas de garimpo que compartilham com Los Lobos, no Equador.[9]

A cocaína continua sendo uma importante fonte de renda desses grupos, que estão se enraizando no território à medida que as rotas do tráfico mudam. Em meio aos ataques dos Estados Unidos a embarcações no Pacífico e no Atlântico que Washington alega transportarem drogas, a Amazônia tornou-se um corredor fundamental de trânsito.[10] "Já recebemos informações sobre um aumento do fluxo pelo Rio Negro e também sobre o que vem do centro do país pelo (rio) Orinoco, para ser enviado por pistas clandestinas. A previsão é de mais movimentação", disse um agente da inteligência colombiana no fim de 2025.[11]

Carregamentos de cocaína percorrem o rio Orinoco, na Venezuela, e os rios amazônicos brasileiros até o Atlântico, passando por portos nas Guianas e terminais brasileiros nos quais o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital (PCC) exercem influência significativa. De lá, seguem por rotas marítimas para a África Ocidental e, por fim, para a Europa.[12] Corredores fluviais antes usados de forma eventual e oportunista tornaram-se agora rotas principais, entre eles a rede que os Comandos de la Frontera estenderam em direção a Iquitos, no Peru, e à fronteira da Colômbia com o Brasil.[13] Os métodos também evoluem. Na Bolívia, traficantes passaram a injetar cocaína líquida em madeira antes do transporte, burlando técnicas convencionais de inspeção.[14]

Embora ouro e cocaína continuem sendo as principais atividades criminosas, os minerais críticos não devem ser ignorados. A extração ilícita de estanho, tungstênio, coltan e elementos de terras raras já ocorre no Brasil, na Colômbia e na Venezuela, em vários casos com a participação de grupos armados, como o Ejército de Liberación Nacional (ELN) e um grupo dissidente das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) conhecido como Segunda Marquetalia.[15] A demanda internacional cresce rapidamente. A China, que domina a capacidade de refino e produção, compra minerais na Colômbia e na Venezuela e possui minas importantes no Brasil. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos avançam rapidamente para garantir novos acordos de cooperação mineral com Colômbia e Venezuela e exercem pressão política sobre autoridades brasileiras para ampliar o acesso aos minerais críticos do país. Os governos, por sua vez, dependem de marcos legais ultrapassados e carecem de ferramentas para detectar irregularidades nas cadeias de fornecimento, enquanto as redes criminosas se adaptam.[16]

A maioria dos produtos amazônicos não permanece na região. Eles percorrem cadeias internacionais de fornecimento e redes criminosas organizadas transfronteiriças, nas quais a fronteira entre o submundo do crime e os setores público e privado está cada vez mais tênue.



Vista aérea dos danos causados pelo garimpo na Terra Indígena Sararé, em Mato Grosso. Crédito: Ahmad Jarrah.



Agentes da Força Nacional abordam caminhão durante uma operação da na entrada da Terra Indígena Sararé, no Mato Grosso. Crédito: Ahmad Jarrah.

2. UM NOVO PANORAMA NA AMAZÔNIA

UMA GUINADA À DIREITA E UMA POSTURA MAIS DURA DOS ESTADOS UNIDOS

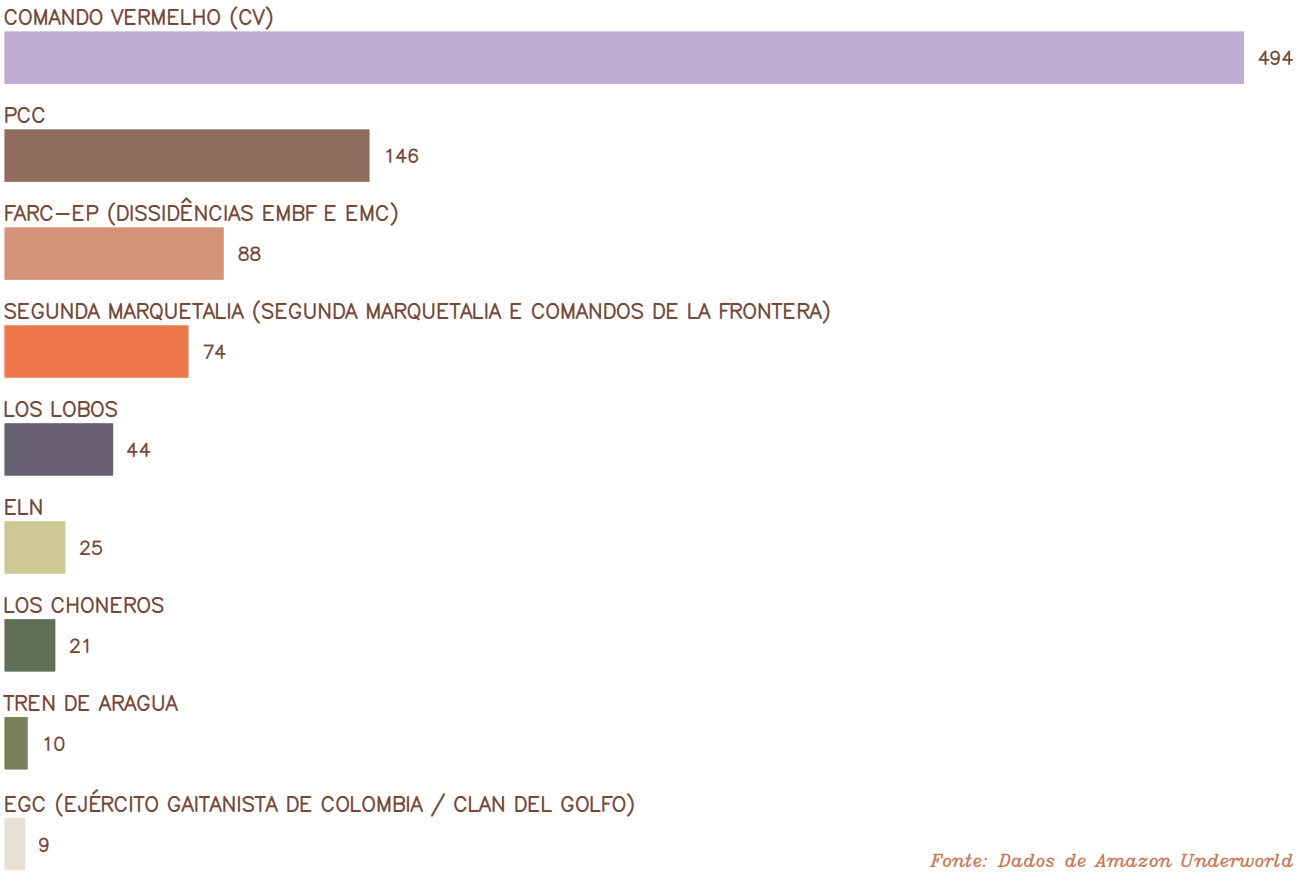
Nos últimos anos, a onda de governos de esquerda na América Latina perdeu força, e a política regional se deslocou da esquerda para a extrema direita. Entre 2022 e 2026, Brasil e Colômbia tiveram simultaneamente governos progressistas de esquerda pela primeira vez, e ambos se comprometeram a reduzir o desmatamento e ampliar a participação das comunidades nas decisões.

A Colômbia sediou a COP16 sobre biodiversidade, e o Brasil recebeu a COP30 sobre mudanças climáticas, na qual o financiamento climático e a participação comunitária dominaram a agenda. A COP30 teve a maior presença indígena já registrada em uma Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. Os Diálogos Amazônicos, organizados pela Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) em 2023 e 2025, reuniram políticos, agentes de segurança pública, lideranças comunitárias e ambientalistas para discutir oportunidades e ameaças emergentes, incluindo o crime. Nos governos Petro e Lula, as vozes das comunidades ganharam espaço em fóruns regionais, e os povos indígenas avançaram significativamente na representação política, inclusive em cargos ministeriais.

Hoje, porém, a conservação e a mitigação climática ocupam cada vez menos espaço na agenda política regional.[17] A mudança de tom tornou-se especialmente evidente em janeiro de 2026, após forças especiais dos Estados Unidos capturarem o presidente venezuelano Nicolás Maduro. Washington alegou que ele chefiava um cartel de tráfico de drogas, criando um precedente regional para ações militares em território estrangeiro justificadas pelo combate às drogas.

O PROBLEMA DO "NARCOTERRORISMO"

NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA AMAZÔNIA ONDE HÁ PRESENÇA DE GRUPOS DESIGNADOS PELOS EUA COMO FTOS — ORGANIZAÇÕES TERRORISTAS ESTRANGEIRAS



Fonte: Dados de Amazon Underworld

Em maio de 2026, Washington designou os grupos brasileiros PCC e Comando Vermelho como Organizações Terroristas Estrangeiras (FTOs, na sigla em inglês). A medida veio depois da designação, em setembro de 2025, de dois grupos equatorianos que também atuam na Amazônia: Los Choneros e Los Lobos.[18] Ao todo, nove organizações designadas pelos Estados Unidos como terroristas operam agora na Bacia Amazônica, em 694 municípios (53%) dos pesquisados. A Venezuela mostra que o enquadramento antiterrorista também pode servir a outros interesses dos Estados Unidos, incluindo o acesso aos recursos naturais da região. Meses após a captura de Maduro, a presidente interina Delcy Rodríguez cedeu à pressão contínua dos EUA, abrindo o setor de recursos nacionalizados ao capital estrangeiro e assinando uma nova lei de mineração e hidrocarbonetos.[19]

Caracterizar o tráfico de drogas como ameaça terrorista é problemático do ponto de vista jurídico e estratégico. Nos termos da Convenção de Viena da ONU de 1988 e da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, o tráfico é um crime transnacional que deve ser enfrentado por meio da cooperação entre órgãos de aplicação da lei, e não pela força militar. Os Estados Unidos não buscaram autorização do Conselho de Segurança da ONU, nos termos do Capítulo VII, para ações contra grupos armados que operam na Bacia Amazônica. Além disso, as designações norte-americanas do PCC, do Comando Vermelho e de outros grupos criminosos como FTOs ou Terroristas Globais Especialmente Designados só têm relevância nos instrumentos jurídicos internos dos EUA, como a Lei de Imigração e Nacionalidade e a Ordem Executiva 13224. Elas acarretam sanções, mas não autorizam juridicamente o uso de força militar além das fronteiras.[20]

A maioria desses grupos é movida pelo lucro, e não por uma agenda política. Eles se envolvem em garimpo, extorsão e tráfico de drogas para enriquecer, explorando lacunas de governança deixadas por Estados frágeis. Classificá-los como organizações terroristas confunde o crime organizado com a violência política e cria o risco de responsabilização por apoio material ou de ataques militares contra comunidades indígenas e locais que não têm motivação política e que já sofrem pressão dos próprios grupos armados.

Embora Washington frequentemente apresente o tráfico de drogas como uma ameaça à segurança nacional – oferecendo, assim, um pretexto para intervenção –, os bombardeios dos EUA contra supostas embarcações de narcotraficantes no mar empurraram ainda mais as rotas do tráfico para dentro da Amazônia, o que pode, em última análise, facilitar a agenda estratégica mais ampla de Washington.[21] Petróleo, minerais críticos e ouro parecem ser o verdadeiro prêmio, junto com o enfraquecimento dos interesses chineses na região. A Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos de 2025 afirma que o país irá "reafirmar e fazer cumprir a Doutrina Monroe para restaurar a liderança americana no Hemisfério Ocidental e proteger nossa pátria e nosso acesso a áreas geográficas essenciais em toda a região".[22]

O documento acrescenta que os Estados Unidos "negarão a concorrentes de fora do Hemisfério a capacidade de posicionar forças ou outras ameaças, ou de possuir ou controlar ativos estrategicamente vitais, em nosso Hemisfério" e "[ampliarão] o acesso americano a minerais e materiais críticos, ao mesmo tempo que combaterão práticas econômicas predatórias".[23]

A cúpula Escudo das Américas, realizada na Flórida em março de 2026, lançou a Coalizão das Américas contra os Cartéis, formada por uma dúzia de países comprometidos com o combate ao narcotráfico, o compartilhamento de inteligência e a coordenação militar. Seu foco na erradicação de cartéis e no uso da força militar corre o risco de enfraquecer a agenda de segurança definida durante os Diálogos Amazônicos de 2023, quando oito países amazônicos concordaram em "facilitar o intercâmbio de informações e reforçar a cooperação policial e de inteligência para combater atividades ilegais e crimes ambientais que afetam a Região Amazônica".[24] Essa cooperação já produz resultados, por exemplo, por meio do Centro de Cooperação Policial Internacional para a Amazônia, em Manaus, inaugurado pela Polícia Federal brasileira em setembro de 2025 e que recebe oficiais de toda a região.

Uma abordagem militarizada corre o risco de desviar a atenção política e os recursos de mecanismos civis baseados em inteligência. A experiência regional indica que operações militares repressivas tendem a deslocar a atividade criminosa, em vez de desmantelá-la, deixando intactos os crimes ambientais e os fluxos financeiros ilícitos que sustentam esses grupos. Enquanto isso, as comunidades locais continuam sendo as mais afetadas pelo crime.



Um membro do grupo Comandos de la Frontera, no departamento de Putumayo, na Colômbia. Crédito: Bram Ebus.



Um garimpeiro exibe seus dois dentes de ouro na entrada da principal área de garimpo ilegal na Terra Indígena Sararé, no Mato Grosso. Crédito: Ahmad Jarrah.

3. O CRIME SUPERA AS RESPOSTAS POLÍTICAS

A guinada para intervenções militarizadas na Amazônia não resolverá o problema do crime organizado na região, complexo demais para ser desmantelado apenas pela força bruta. Redes criminosas transnacionais operam além das fronteiras, movimentando pessoas, mercadorias ilícitas, armas e capital por meio de mecanismos sofisticados. Essa realidade estrutural exige uma resposta regional coordenada para combater os fluxos financeiros ilícitos, harmonizar a legislação sobre crimes ambientais e desarticular redes internacionais de tráfico, ao mesmo tempo que se enfrentam os fatores que fortalecem o crime. À medida que essas redes continuam a evoluir, as estratégias de segurança precisam considerar vários fatores críticos.

PRIMEIRO, A CAPACIDADE CADA VEZ MAIOR DOS GRUPOS CRIMINOSOS DE SUBJUGAR O ESTADO. As receitas das economias ilícitas já superam os orçamentos dos órgãos estatais de segurança encarregados de combatê-las, e os grupos armados converteram esse dinheiro em influência sobre juízes, funcionários públicos e policiais. No Amazonas, policiais militares receberam propinas em ouro de dragas de garimpo. Em Roraima, agentes protegeram pistas clandestinas durante a noite, recebendo em um único turno cerca de seis vezes o que ganhavam em um mês.[25] No Peru, promotores abriram investigações contra 200 dos 250 funcionários eleitos localmente nos departamentos de Amazonas, Madre de Dios, San Martín, Loreto e Ucayali, num total de quase 3 mil supostos crimes, em sua maioria por abuso de poder.[26] Qualquer estratégia para conter o crime que não seja acompanhada por medidas anticorrupção robustas será inútil.

SEGUNDO, O ACESSO ÀS COMUNIDADES É DECISIVO. O crime se expande onde a governança estatal é fraca e faltam meios de subsistência e educação, tornando essencial investir em ambos. Grupos armados usam comunidades como escudos humanos e alvos de extorsão, transformando-as em ativos estratégicos sob coerção. Na Colômbia, grupos dissidentes das FARC – Estado-Maior Central (EMC) e Estado-Maior dos Blocos e Frentes (EMBF) – organizaram grupos de guardas camponeses usados como escudos humanos durante operações militares. Já os Comandos de la Frontera controlam comunidades por meio de ameaças, assassinatos ou investimentos, como a construção de uma ponte sobre o rio Ranchería.[27] As comunidades também resistem ao crime organizado, e grupos de guardas indígenas ou comunitários demonstraram, em alguns casos, eficácia no combate a atividades ilícitas.[28] A cooperação baseada na confiança deve, portanto, ser estimulada – algo que uma abordagem militar repressiva e descoordenada pode destruir, pois frequentemente provoca danos colaterais e violações de direitos humanos.[29]

TERCEIRO, A TECNOLOGIA TRANSFORMOU PROFUNDAMENTE O CENÁRIO. Os drones têm sido especialmente disruptivos, corroendo o monopólio estatal do espaço aéreo e permitindo que grupos armados ataquem ou façam monitoramentos de áreas inteiras sem presença humana. Na Colômbia, os Comandos de la Frontera usam drones para rastrear rotas pelos rios antes de postos de controle policiais e já chegaram a atacar com um drone uma embarcação da Marinha no departamento de Putumayo, próximo à fronteira com o Equador, em agosto de 2025.[30] No município venezuelano de Cedeño, o ELN e a Segunda Marquetalia usam drones para atacar um ao outro, além de empregá-los frequentemente para pulverizar fertilizantes em plantações de coca, como ocorre, por exemplo, em Putumayo e Meta, na Colômbia.[31] As criptomoedas também estão surgindo como ferramenta de lavagem de dinheiro. Um caixa eletrônico de bitcoin funcionou, pelo menos entre 2018 e 2023, em La Hormiga, um município produtor de coca em Putumayo. O equipamento fazia parte de uma rede pequena, mas em crescimento, na Colômbia.[32]

O recrutamento também migrou para a internet. A Jurisdição Especial para a Paz da Colômbia, constatou que 44% dos menores recrutados em 2025 foram contatados pelas redes sociais. A organização Human Rights Watch identificou dezenas de contas, algumas com dezenas de milhares de seguidores, que fazem apologia a armas e publicam falsas ofertas de emprego para atrair crianças.[33]

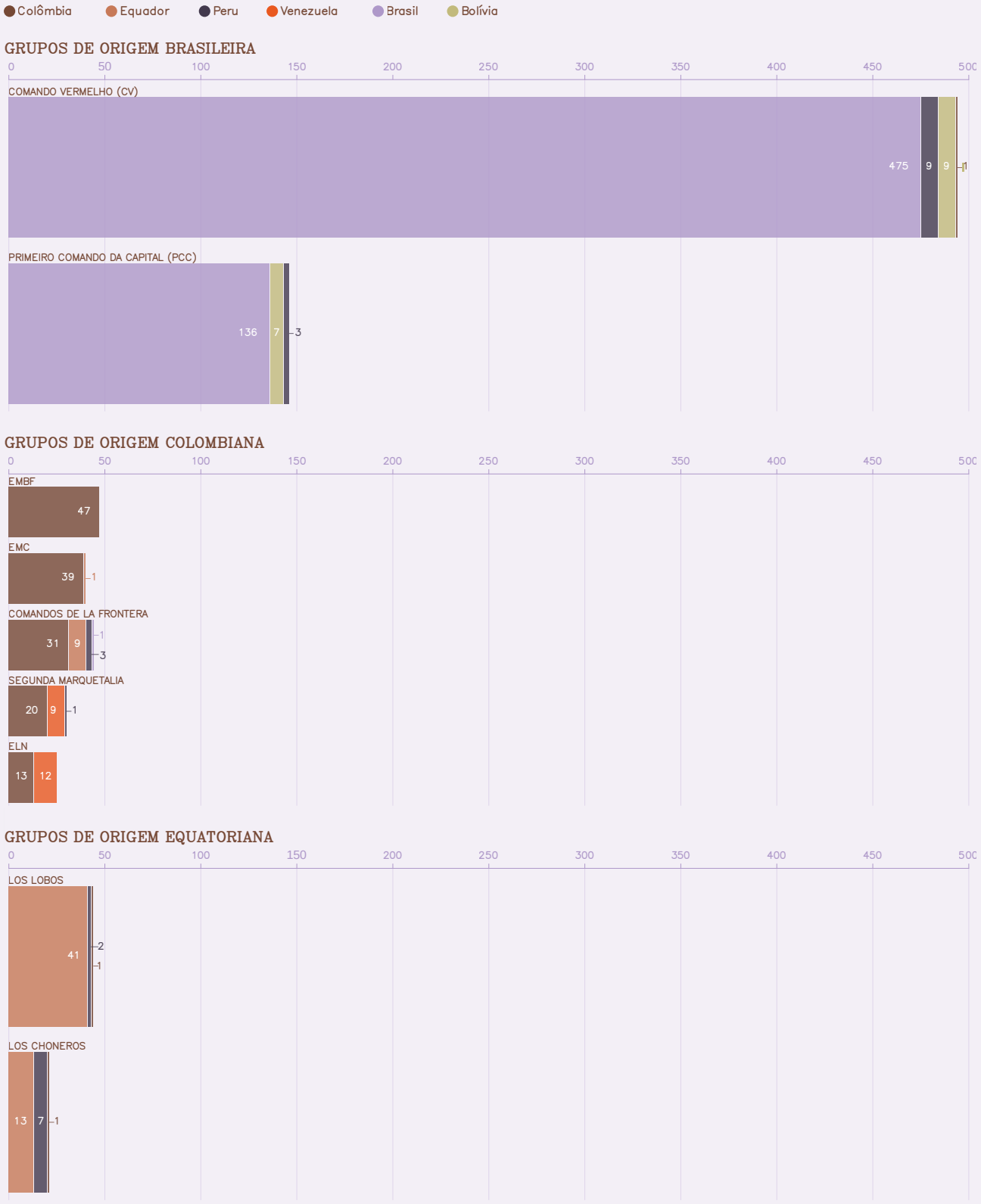
QUARTO, UMA AMEAÇA REGIONAL CONTINUA SENDO ENFRENTADA COM RESPOSTAS NACIONAIS. Os grupos armados se adaptam à geografia amazônica em vez de recuar para áreas remotas: deslocam-se em regiões de fronteira onde a presença do Estado é menor, movem dragas do garimpo de um rio para outro ou aproveitam a ausência de uma legislação ambiental harmonizadas para aumentar o preço de uma mercadoria simplesmente cruzando uma fronteira. O mercúrio, proibido para mineração na maioria dos países amazônicos, ainda pode ser importado legalmente para a Guiana e a Bolívia. Mais de mil toneladas foram importadas em menos de uma década antes do endurecimento dos controles, em 2023.[34] Os dois países se tornaram pontos de entrada do metal tóxico, que depois é contrabandeado para países como Peru, Brasil e Suriname para ser usado no garimpo.[35] Contrabandistas e comerciantes também se adaptam. Onde o mercúrio é ilegal, a rocha da qual ele é destilado – o cinábrio – não é. Contrabandistas importam grandes quantidades dessa pedra do México para a Colômbia e depois a transformam em mercúrio em fornos improvisados nos garimpos.[36]

O fio que liga os quatro fatores é a dependência do Estado em uma abordagem centrada na aplicação da lei contra o braço armado dos grupos criminosos, como se ele representasse toda a organização. Sejam os bombardeios no Equador e na Colômbia, seja a ênfase excessiva na apreensão de produtos como cocaína, essas políticas não enfrentam a raiz do problema se não atacarem também mercados de insumos, como os de produtos químicos e combustível. O crime organizado está entranhado nos setores público e privado da região amazônica, com esforços dedicados à corrupção, à movimentação de dinheiro e à infiltração em instituições e comunidades. As respostas nacionais não têm levado essas questões em conta.

4. ATUALIZAÇÕES POR PAÍS

À medida que o combate aos grupos armados se tornou mais duro na Amazônia, os criminosos ampliaram e modernizaram suas operações. Esta seção apresenta as principais tendências nacionais dos últimos 12 meses.

NÚMERO DE MUNICÍPIOS EM QUE CADA GRUPO ARMADO TEM PRESENÇA, POR PAÍS



Fonte: Dados de Amazon Underworld

COLÔMBIA

Na Amazônia colombiana, oito grupos armados estão presentes em 99 municípios. Em termos gerais, cerca de 78% da população rural do país – quase 10 milhões de pessoas – vive sob a influência de pelo menos um grupo armado não estatal, segundo o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA).[37] Os grupos armados ampliaram seu controle na Amazônia durante o último ano do governo de Gustavo Petro, período em que 965 pessoas foram deslocadas e 73.562 ficaram confinadas devido à dinâmica do conflito.[38]

Os Comandos de la Frontera, que operam sob a aliança Coordinadora Nacional Ejército Bolivariano, avançaram na construção de confiança durante as negociações de paz com o governo Petro: entregaram armas, reduziram as plantações de coca em Putumayo (queda total de 14% em Caquetá e Putumayo, somados) e desmobilizaram 99 integrantes, encaminhados a uma área segura, de desmobilização, onde permaneceriam temporariamente.[39] Ainda assim, o grupo ampliou seu controle sobre o garimpo, incentivando moradores a iniciar a atividade. "Durante anos, dependia da coca, mas agora a aposta é no garimpo", disse uma liderança indígena de Putumayo.[40] "Antes, você podia comprar e vender [ouro] livremente. Agora não dá para vender ouro para qualquer pessoa. Eles [os grupos armados] definem o preço, há determinados locais [onde se pode vender], e é preciso pagar a taxa e informar o que foi vendido. Está tudo sob controle", afirmou uma liderança comunitária da mesma região.[41] Após a posse do presidente Abelardo de la Espriella, em agosto, as negociações de paz foram interrompidas e a zona de desmobilização foi suspensa, deixando o processo de reintegração dos ex-combatentes em um limbo jurídico.[42].

Grupos dissidentes das FARC nos departamentos de Caquetá e Amazonas viveram movimento semelhante com o crescimento do garimpo, impulsionado pela alta dos preços. Em Guainía, a extração mineral permanece sob controle do ELN e de um grupo dissidente das FARC, a frente Acacio Medina, da Segunda Marquetalia. Há relatos de cobrança de extorsão às comunidades garimpeiras locais e de presença de estrangeiros em focos de expansão, como o Parque Nacional Puinawai.[43]

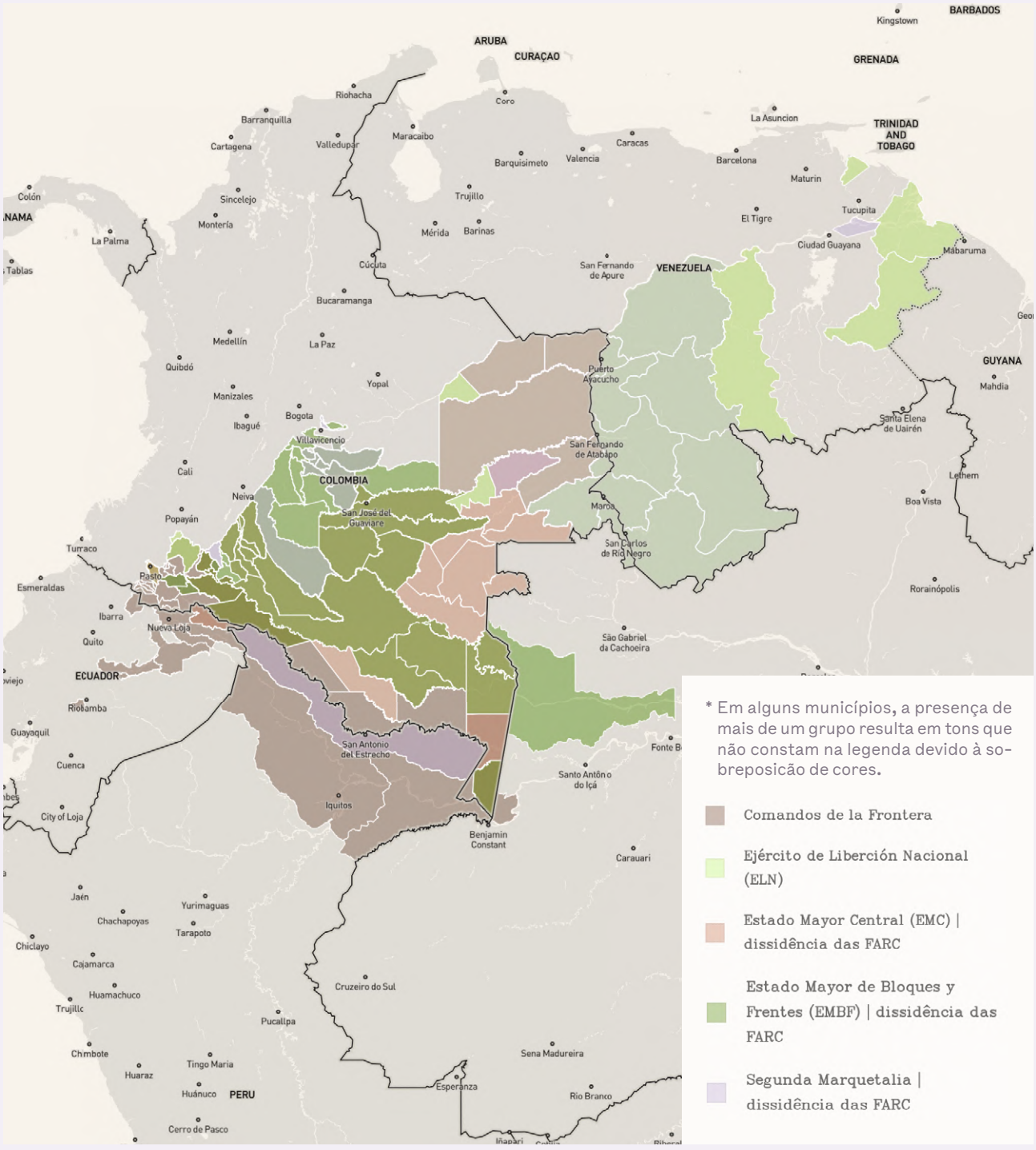
Há um conflito armado crescente entre facções dissidentes do EMC, lideradas pelo codinome Iván Mordisco, e do EMBF, sob o codinome Calarcá Córdoba. O Bloque Jorge Suárez Briceño, do EMBF, avançou rio acima de Puerto Santander para La Pedrera e depois La Victoria, buscando desbancar a antiga hegemonia do EMC sobre o tráfico de drogas e o garimpo nos departamentos de Amazonas e Vaupés.[44] O vizinho rio Puré, que corre para o Brasil e está repleto de dragas de garimpo, é disputado por vários grupos armados.

O confronto entre EMC e EMBF é um dos principais conflitos da Colômbia e também afeta os departamentos de Guaviare, Meta e Caquetá. Como os dois grupos buscam controlar corredores de tráfico em direção à Venezuela, ao Brasil e ao Peru, é provável que o governo de la Espriella intensifique a repressão, levando os grupos a procurar áreas de retaguarda nas regiões de fronteira. A terra é outro ativo: os grupos cobram extorsão por hectare desmatado e por cabeça de gado introduzida em áreas desmatadas.[45] Mecanismos de controle social – incluindo extorsão, sistemas paralelos de identificação conhecidos como *cedulación*, controle de infraestrutura e estradas, resolução de disputas locais e cooptação de conselhos comunitários e autoridades étnicas – foram documentados em Guaviare, Caquetá e Putumayo, entre outros departamentos.[46]

Os drones também se tornaram parte dos confrontos: dados da ACLED apontam dez ataques com drones nos departamentos amazônicos da Colômbia entre julho de 2023 e março de 2026.[47] Eles também têm outras funções. Em Meta, fontes afirmam que dissidentes das FARC regulam o uso de drones para fertilizar cultivos lícitos e ilícitos, exigindo que moradores que tenham esses equipamentos peçam autorização para usá-los.[48]

Nas três primeiras semanas de governo, a administração de la Espriella ordenou três bombardeios aéreos, dois deles no departamento amazônico de Guaviare. Um ataque realizado em 27 de agosto matou dez pessoas, entre elas três menores de idade. Nos dois primeiros meses de mandato, o governo suspendeu as negociações de paz, anunciou a retomada da pulverização aérea de plantações de coca com um herbicida tóxico e prometeu novas ações militares coordenadas com os Estados Unidos na fronteira com o Equador, sinalizando uma política mais dura. Essa abordagem corre o risco de agravar a escalada em territórios habitados por populações vulneráveis, inclusive comunidades indígenas. É provável que grupos armados respondam aumentando o uso de civis como escudos humanos e intensificando o recrutamento forçado de menores, estratégia destinada a dissuadir bombardeios aéreos em razão das proteções às crianças previstas no direito internacional humanitário.

PRESENÇA DE GRUPOS ARMADOS COLOMBIANOS EM MUNICÍPIOS AMAZÔNICOS



VENEZUELA



Soldados do Grupo de Proteção do Arco Mineiro do Orinoco (Gpamo) tomam a entrada da base de "Johan Petrica", um dos líderes criminosos de Las Claritas, no estado Bolívar, na Venezuela, após o ataque dos Estados Unidos contra "Niño Guerrero". Crédito: Carlos Suniaga.

A Amazônia venezuelana, que faz fronteira com Colômbia, Brasil e Guiana, tem visto a dinâmica do crime mudar rapidamente desde o colapso, em agosto de 2025, da aliança entre a Segunda Marquetalia e o ELN. Na ocasião, o ELN armou uma emboscada contra seu antigo parceiro.[49] Os dois grupos haviam dividido áreas de garimpo e compartilhado rotas de tráfico de drogas. A ruptura desencadeou conflitos nos dois lados da fronteira, com a violência se espalhando pelo estado venezuelano do Amazonas até o sul, na região do Pico da Neblina, e alcançando o município de Cedeño, em Bolívar, e Apure.

Em Cedeño, área rica em minerais críticos, o ELN e a Segunda Marquetalia se enfrentam continuamente agora, instalando minas terrestres, realizando ataques com drones, deslocando grandes contingentes de pessoas e recrutando moradores.[50] "Grupos irregulares estão recrutando jovens indígenas; isso aconteceu quando um líder foi morto", disse um representante de comunidade indígena, referindo-se ao assassinato do líder da comunidade Jivi Julio Rodríguez. Seu corpo foi encontrado em 9 de agosto, com sinais de tortura, depois de ele ter desaparecido uma semana antes.[51]

Os estados de Bolívar e Amazonas têm importância estratégica. Os rios Orinoco e Negro são corredores fundamentais do tráfico de drogas, com volumes ainda maiores desde o endurecimento da fiscalização no Caribe e no Pacífico, e conectam-se a rotas marítimas em direção à Europa.[52] A extração de minerais críticos, como estanho, tungstênio e coltan, também ganhou importância e se tornou uma questão geopolítica mais delicada após a intervenção dos Estados Unidos na Venezuela.[53]

Depois de um acordo anterior que ampliou o acesso dos EUA ao petróleo venezuelano, o governo Trump agora pressiona, sem um acordo assinado, por maior acesso ao ouro e a outros minerais da Venezuela, como parte de um esforço mais amplo para garantir acesso privilegiado aos recursos do país e contrabalançar a presença regional da China.[54] A China importa minerais críticos da Venezuela e da Colômbia há vários anos.[55]

Questionado sobre a possibilidade de os Estados Unidos bombardearem o ELN na fronteira, o secretário de estado Marco Rubio não descartou a hipótese: disse que o tema "precisa ser discutido" e que havia sido levantado com as autoridades interinas venezuelanas.[56] Além das declarações de autoridades norte-americanas, o ministro da Defesa da Colômbia e os principais comandantes militares e policiais alertaram que a liderança do ELN está escondida na Venezuela, incluindo Antonio García e Pablo Beltrán. Bogotá solicitou formalmente que os militares dos EUA ataquem esconderijos do ELN.[57] Rubio, por sua vez, comentou sobre os guerrilheiros colombianos na Venezuela: "Sem dúvida, precisamos enfrentar essa ameaça [...] É preciso encontrar uma solução, e rapidamente".[58]

A fragilidade das alianças do crime voltou a ficar evidente em agosto de 2026, quando Washington anunciou a morte do líder do Tren de Aragua, conhecido como "Niño Guerrero", em um ataque à área de mineração de Las Claritas, no estado Bolívar. A operação abalou os "sistemas" locais – gangues de garimpo de ouro antes conhecidas como "sindicatos" – que há muito atuam na região em coordenação com forças de segurança e autoridades estatais. Entre eles estão um grupo liderado por "Juancho", em Las Claritas; outro comandado por "Negro Fabio", em Tumeremo; e o grupo "R", liderado por "Run".[59] Pouca coisa mudou na prática: os sistemas continuam controlando as minas, mas a incerteza sobre quem realmente manda deixou as cidades da região em alerta. Esse clima, por si só, impulsionou o aumento de roubos e da insegurança.[60]

"Eles [ainda] estão na cidade. Continuam em Las Claritas e no Km 88 [outra localidade do garimpo]. Também estão nas minas. [...] Não aparecem em público, mas ficam de olho em tudo. Então, a situação é muito, muito delicada. [...] Eles não estão fisicamente lá, mas têm informantes em todo aquele setor, especialmente em Las Cristinas", disse uma fonte local.[61]

Ainda não se sabe se as forças de segurança do Estado venezuelano, há muito aliadas ao crime organizado, vão se realinhar sob a crescente influência dos Estados Unidos. Isso mantém o panorama do crime no sul da Venezuela altamente aberto. Os minerais venezuelanos foram marcados no comércio internacional por sanções dos EUA e violações de direitos humanos. Mesmo assim, parecem estar recuperando acesso ao mercado norte-americano, embora as condições nas minas não tenham mudado e as empresas estatais venezuelanas continuem comprando diretamente de grupos criminosos. Essa dinâmica ameaça transformar a Venezuela em um centro regional de lavagem de minerais ilegais.

BRASIL

Facções brasileiras se expandiram pela Amazônia, fortalecendo redes de tráfico de drogas que conectam áreas de cultivo de coca e produção de cocaína na Colômbia, no Peru e na Bolívia a cidades portuárias do Atlântico e a destinos internacionais.

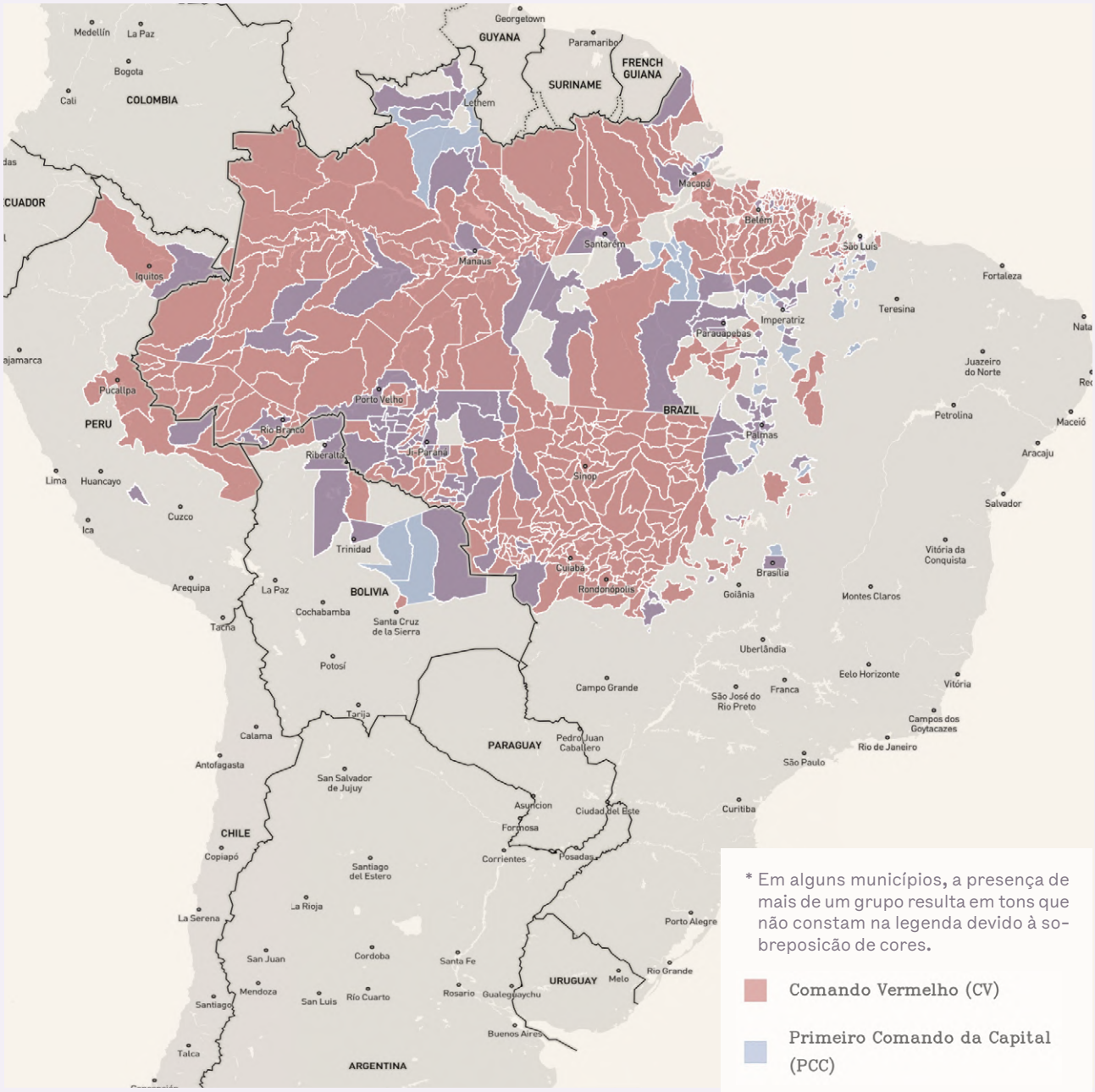
O Comando Vermelho (CV) controla importantes rotas de trânsito ligadas à Venezuela, ao Peru, à Colômbia e às Guianas, mantendo forte presença na fronteira boliviana, em Mato Grosso, onde domina o garimpo de ouro na Terra Indígena Sararé. "Hoje, o crime organizado está ocupando cada vez mais áreas de garimpo na Amazônia", afirma Jair Schmitt, presidente do Ibama.[62] Na região Norte, o CV se expandiu ao longo de corredores fluviais no Pará, controlando totalmente a área de Belém e arredores e compartilhando rotas de contrabando pelo porto próximo de Barcarena e em direção ao Amapá.[63] Ali, o CV usa semissubmersíveis e métodos novos, como esconder cocaína em caixões, para abastecer rotas marítimas transatlânticas com destino à Europa.[64] Além disso, segundo autoridades brasileiras, o Suriname vem se tornando cada vez mais um centro de transbordo de cocaína, com presença do CV no país.[65]

A tomada da Terra Indígena Sararé (MT) pelo CV ocorreu após operações de desintrusão iniciadas em 2023 nos territórios Yanomami e Kayapó, que deslocaram tanto garimpeiros quanto facções. Inicialmente, o CV vendia drogas e oferecia "proteção". Depois, assumiu diretamente os garimpos, frequentemente confrontando ou se associando a policiais militares da ativa ou aposentados que possuem minas e a elites políticas ligadas ao negócio ilegal do ouro. "Você andava no meio do mato e escutava o motor trabalhando, você via os garimpeiros armados. Nem é garimpeiro, é um povo do Comando. Aqui o Comando Vermelho tomou conta", disse uma liderança indígena da região.[66] Depois que o governo adotou medidas contra mecanismos de lavagem de ouro, grande parte do ouro ilegal brasileiro passou a ser contrabandeada através da fronteira para a Venezuela.[67] Além do garimpo e do tráfico de drogas, o CV exerce controle territorial por meio de extorsão, empréstimos com juros abusivos e execuções por encomenda. O grupo é disciplinado e administra o dinheiro com um tesoureiro, um conselho fiscal e gerentes regionais chamados "torres". Como disse um ex-integrante: "Hoje o CV controla tudo, cara. Cobram uma taxa dos comerciantes, emprestam dinheiro a juros e mandam matar quem fica devendo"[68]

Enquanto isso, o PCC perdeu espaço para o CV na Amazônia brasileira, mas manteve sua principal base em Roraima e presença estratégica em centros logísticos como Rondônia, Tocantins e Maranhão. Enquanto o CV controla corredores fluviais e de trânsito, o PCC se concentra em centros de distribuição de drogas e lavagem de dinheiro. No Amazonas, o PCC mantém presença em Coari, onde disputas com o CV provocaram aumento de 91% nos homicídios entre 2022 e 2024 e levaram o PCC a recrutar e envolver piratas que operam nos rios locais.[69]

Além das dinâmicas nacionais, o crime organizado brasileiro há muito tempo atravessou fronteiras: o CV está presente na Bolívia, no Peru e na Colômbia, além de atuar na Guiana Francesa e no Suriname. O PCC está presente na Bolívia e no Peru e também opera no Suriname e na Guiana. Ainda assim, grupos estrangeiros também entraram no Brasil, embora de forma mais esporádica. Em agosto de 2026, comunidades indígenas na região de fronteira de Pari-Cachoeira, no Amazonas, relataram a passagem de um grupo de guerrilheiros colombianos pelo território.[70] Grupos armados colombianos também atravessam a fronteira para cobrar propinas de garimpeiros no rio Puruê, que nasce em um parque nacional colombiano.

PRESENÇA DE CV E PCC EM MUNICÍPIOS AMAZÓNICOS



EQUADOR

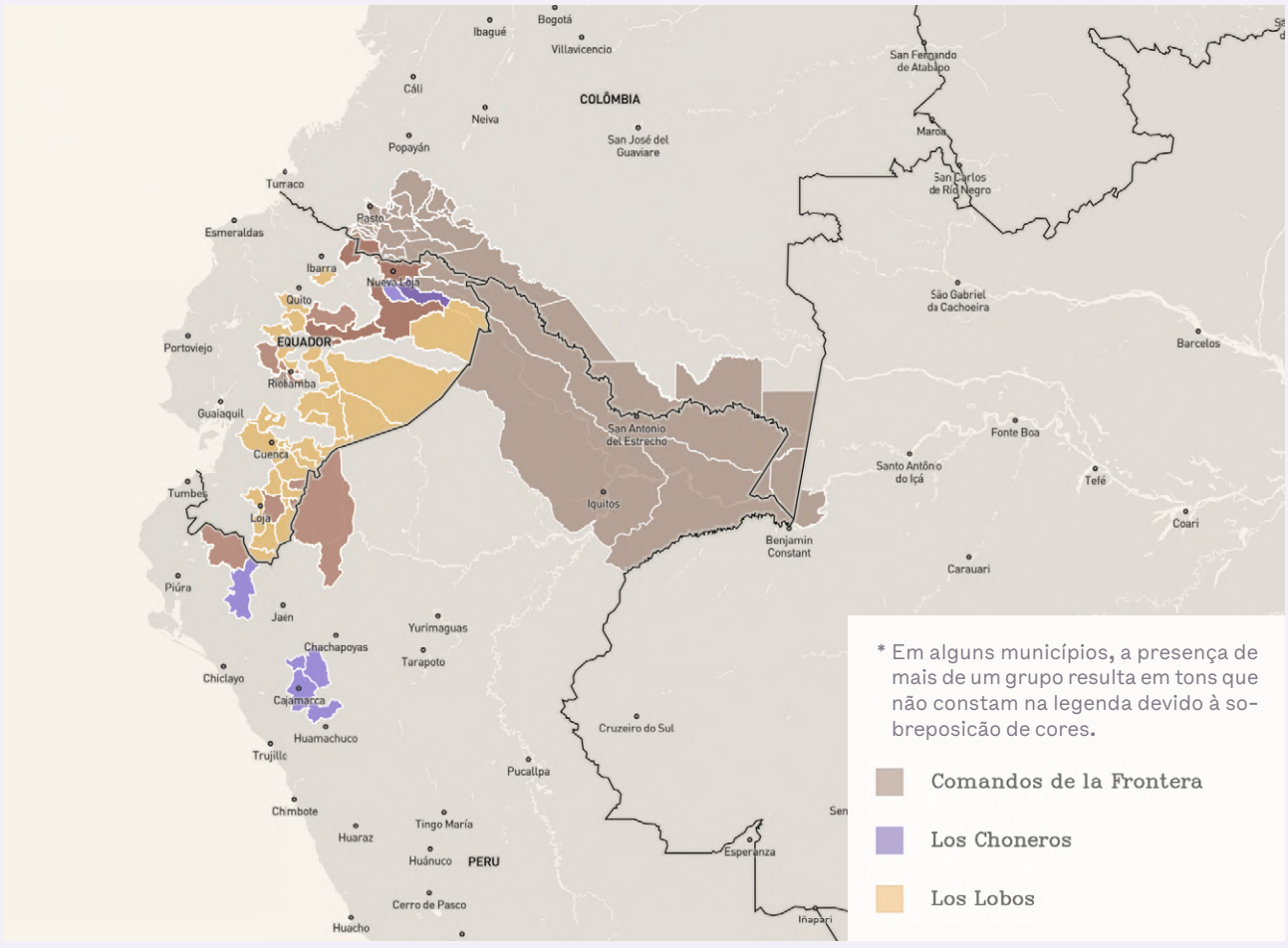
A situação de segurança no Equador é complexa, em meio a um período de turbulência e níveis recordes de homicídios. No lado equatoriano da tríplice fronteira com Colômbia e Peru, grupos criminosos surgidos nas prisões cresceram rapidamente por meio de rotas de drogas que ligam a Colômbia ao porto de Guayaquil, ampliando também sua participação no garimpo de ouro. A gangue equatoriana Los Lobos atua nas seis províncias amazônicas do país. Já Los Choneros opera nas províncias de Sucumbíos, Orellana, Napo e Zamora Chinchipe.

A violência aumentou acentuadamente nas províncias amazônicas equatorianas vizinhas de Sucumbíos, Orellana e Napo, onde a expansão de grupos armados colombianos se sobrepõe à atuação de gangues equatorianas. Existe uma cooperação frágil entre os Comandos de la Frontera, Los Lobos e a gangue rival Los Choneros, todos responsabilizados pelo aumento da violência, embora a extensão de eventuais alianças entre eles continue incerta.[71]

"O 'centro nervoso' onde todos esses grupos convergem é Shushufindi, Orellana e Lago Agrio", disse um integrante das Forças Armadas, descrevendo a situação nos municípios da região amazônica norte do Equador, perto da fronteira com a Colômbia.[72]

Há registros de recrutamento de moradores nos dois lados da fronteira. Em Putumayo, na Colômbia, os Comandos de la Frontera foram acusados de recrutar menores. Militares equatorianos descrevem uma capacidade de resposta limitada, com tropas amplamente desviadas para a segurança interna, o serviço em prisões e a proteção de oleodutos, deixando recursos insuficientes para patrulhar adequadamente a fronteira.[73]

PRESENÇA DE LOS LOBOS, LOS CHONEROS E COMANDOS DE LA FRONTERA EM MUNICÍPIOS AMAZÔNICOS



Embora as operações na região de Alto Punino, em Orellana, tenham sido intensificadas após uma emboscada em maio de 2025 atribuída aos Comandos de la Frontera, que matou 11 soldados, moradores afirmam que os grupos armados continuam presentes. “O garimpo não parou; na verdade, aumentou. Talvez não tanto na área em que os soldados foram mortos, mas a cerca de 15 quilômetros dali estão garimpando em grande escala”, disse um morador.[74]

Em setembro de 2026, uma operação militar em Orellana também teve como alvo os Comandos de la Frontera. Pouco antes, as autoridades divulgaram um vídeo publicado naquele mês, no qual um homem com roupa militar, rosto coberto e um fuzil aparece cercado por outros dez homens com roupas e armas semelhantes. Em nome do Bloque Central de las Montañas dos Comandos de la Frontera, ele fez uma advertência a 18 comunidades localizadas ao longo da fronteira com a Colômbia. Em comunicado divulgado na Colômbia, o grupo negou qualquer vínculo.[75] Após o vídeo, o Ministério da Defesa anunciou a destruição de três acampamentos ilegais em Alto Punino e a prisão de nove pessoas pertencentes ao grupo.[76] Foi a terceira vez que os militares destruíram acampamentos dos Comandos de la Frontera em Alto Punino.

Moradores de Napo, província vizinha de Orellana, afirmam, porém, que, em consequência dessas operações militares, os Comandos de la Frontera se deslocaram para a região. “Depois do que aconteceu em Punino – onde os soldados foram mortos –, um grupo dos Comandos de la Frontera seguiu para o município de Arosemena Tola, nas cabeceiras do rio Blanco e ao longo do rio Punino. Los Lobos e Los Choneros já estavam lá”, disse um especialista em mineração de Napo.[77]

O grupo Los Lobos, que administra rotas de drogas em parceria com o Cartel Jalisco Nueva Generación, do México, expandiu-se para o garimpo de ouro, inclusive dentro do Parque Nacional Podocarpus, no sudeste do Equador, obtendo dezenas de milhões de dólares por ano. O grupo também foi associado aos assassinatos de prefeitos locais e lideranças indígenas e à corrupção de agentes locais de segurança pública.[78]

O Equador não dispõe de uma abordagem estrutural de aplicação da lei para enfrentar os desafios impostos por esses grupos criminosos. Desde março de 2026, porém, aprofundou sua cooperação militar com os Estados Unidos, que através do Comando Sul confirmou apoio conjunto em inteligência, planejamento e logística. Em 18 de junho de 2026, o presidente Daniel Noboa assinou um decreto executivo declarando um novo “conflito armado interno”, a terceira declaração desse tipo desde janeiro de 2024. O decreto concede imunidade a militares estrangeiros de países parceiros que atuem no Equador – contornando, na prática, um referendo de novembro de 2025 que rejeitou bases estrangeiras permanentes – e permite ao presidente perdoar militares, policiais e civis envolvidos em operações contra grupos armados, levantando preocupações sobre a responsabilização por abusos.

A cooperação do Equador com os Estados Unidos tem sido alvo de escrutínio. Ben Saul, relator especial da ONU sobre contraterrorismo e direitos humanos, informou que a operação “Extermínio Total”, apoiada pelos EUA em San Martín, em março de 2026, teria envolvido uso letal da força fora de um conflito armado, detenções arbitrárias, desaparecimentos forçados, tortura e deslocamento forçado. Um ataque conjunto equatoriano-estadunidense em 6 de março de 2026, em San Martín, Sucumbíos, foi apresentado por Quito como uma operação contra um campo de treinamento dos Comandos de la Frontera, porém investigações posteriores da imprensa local e internacional concluíram que o local destruído era uma fazenda de leite em funcionamento – conclusão contestada pelo governo equatoriano.[79] O papel dos Estados Unidos continua pouco claro.[80] Em 2 de outubro de 2026, soldados mataram cinco supostos integrantes de Los Lobos e dos Comandos de la Frontera em uma área de mineração ilegal na província de Orellana. Em seguida, o ministro da Defesa publicou imagens dos corpos nas redes sociais com o slogan: “os terroristas estão mortos, mas a promessa continua viva: prisão ou inferno”.[81]

PERU

O Peru tornou-se o país da região mais vulnerável à expansão do crime, com grupos estrangeiros atravessando em grande número suas fronteiras com Brasil, Colômbia e Equador. O Comando Vermelho, do Brasil, está avançando sobre os cultivos de coca, aprofundando sua atuação na cadeia produtiva em Loreto, Ucayali e Madre de Dios. “No caso de Mariscal Castilla [município mais a leste de Loreto, na fronteira com Brasil e Colômbia], sabemos que há grupos criminosos colombianos e brasileiros. Entre os brasileiros, o Comando Vermelho é um dos principais atores”, disse um oficial do Exército peruano.[82] Os Comandos de la Frontera, da Colômbia, ampliaram sua presença em Loreto. Essa região peruana abrange duas áreas de tríplice fronteira: uma com Equador e Colômbia, e outra com Brasil e Colômbia. Ali, o grupo vem recrutando moradores, supostamente pagando 2 mil soles peruanos por mês (cerca de R$ 3 mil), além de montar campos de treinamento, ampliar plantações de coca e assumir o controle do garimpo de ouro.[83] Em setembro de 2026, o grupo entrou em confronto com o Exército peruano.[84]

Na fronteira entre Peru e Equador, os rios Santiago e Cenepa são cada vez mais afetados pelo garimpo, supostamente com participação das gangues equatorianas Los Lobos e Los Choneros.

Na fronteira com o Brasil, na área de mineração de La Pampa, em Madre de Dios, o Comando Vermelho atua ao lado do grupo peruano de estilo paramilitar Los Guardianes de la Trocha. Segundo depoimentos, os dois grupos impõem um sistema de extorsão chamado “seguros”, cobrando taxas mensais dos operadores de dragas, embora a relação entre eles não esteja clara. Desde então, o Los Guardianes de la Trocha expandiu suas ramificações armadas para além de Madre de Dios, chegando a Amazonas, Loreto e Ucayali.

BOLÍVIA

Duas facções brasileiras atuam na Amazônia boliviana: CV e PCC. O PCC controla o corredor “Rota Caipira” para a cocaína boliviana, valioso justamente porque a Bolívia não tem litoral e a rota oferece acesso ao porto de Santos, em São Paulo. O CV, porém, tem disputado cada vez mais esse espaço. Sua presença se concentra mais ao norte, próximo ao Brasil, nos departamentos de Beni, Pando e Santa Cruz.

As tensões entre as duas facções aumentaram no fim de julho e início de agosto de 2026, quando nove pessoas foram mortas em cinco dias em Santa Cruz, incluindo quatro em uma fazenda de gado e um policial que foi encontrado carbonizado perto de San Matías, na fronteira brasileira. As autoridades descreveram os episódios como uma disputa territorial direta entre PCC e CV. E a violência chegou à Amazônia. Em setembro, o ministro do Interior alertou que um grupo do PCC tentava assumir o controle da cidade de Santa Rosa del Abuná, em Pando, enquanto integrantes armados do CV cobravam taxas de proteção na estrada de Santa Rosa em direção à fronteira; e que ambos os grupos estavam recrutando bolivianos.[85]

A Bolívia mobilizou patrulhas militares e policiais, bloqueou pistas clandestinas e apreendeu combustível de aviação. Entre novembro de 2025 e agosto de 2026, as autoridades capturaram e expulsaram 17 chefes de organizações criminosas estrangeiras, segundo o governo.[86] A ação ocorreu após a prisão, em maio de 2025, do líder do PCC conhecido como “Tuta”, capturado em Santa Cruz quando tentava renovar uma carteira de identidade de residente estrangeiro usando nome falso.[87] A imprensa local cita relatórios de segurança que estimam que haja cerca de 150 integrantes do PCC na Bolívia.

A oferta também está crescendo. Os cultivos de coca aumentaram cerca de 7%, chegando a 36.400 hectares em 2025, e o chefe antidrogas da Bolívia estimou a produção potencial de cocaína em aproximadamente 300 toneladas por ano.[88] O governo do presidente Rodrigo Paz, no poder

desde novembro de 2025, realinhou-se com Washington. Retomou investigações conjuntas com a DEA estadunidense (Administração de Repressão às Drogas, na sigla em inglês) – que havia sido expulsa do país em 2008 – e aderiu à iniciativa Escudo das Américas, liderada pelos Estados Unidos, em março de 2026.[89] Agora planeja criar duas unidades de elite antidrogas com apoio norte-americano, uma delas na cidade de Santa Ana del Yacuma, em Beni.[90]

O garimpo de ouro se espalhou ao longo de rios como o Madre de Dios. Muitas vezes, a atividade funciona sob a cobertura de cooperativas e conta com capital estrangeiro.[91] Em Pando, povos indígenas exigiram que os garimpeiros deixassem seu território, denunciando dragas não autorizadas e ampla contaminação por mercúrio.[92]



Uma embarcação navega pelo rio San Miguel, na fronteira entre o Equador e a Colômbia. Crédito: Tom Laffay.

5. CONCLUSÃO

O problema do crime na Amazônia não pode ser separado do consumo do outro lado do mundo: dos alimentos que as pessoas comem às joias que usam, dos produtos que compram à forma como investem seu dinheiro. Os Estados Unidos continuam sendo o maior mercado mundial de cocaína, mas a Europa registra aumento das mortes relacionadas à droga, mais admissões para tratamento por uso de crack e crescimento anual da frequência de apreensões de carregamentos de cocaína.[93] A demanda por ouro brasileiro aumentou acentuadamente no Canadá, na Suíça, na Alemanha e nos Estados Unidos, enquanto os Emirados Árabes Unidos se tornaram o mercado de crescimento mais rápido para o ouro colombiano.[94] A China, por sua vez, continua obtendo minerais críticos extraídos sob controle de grupos armados na Colômbia e na Venezuela, além de comprar a maior parte da soja brasileira.[95]

Este é um mercado movido pelos compradores. Mudanças estruturais do lado da demanda, maior fiscalização das cadeias de fornecimento, aplicação da lei quando surgirem irregularidades e demanda por produtos amazônicos livres de desmatamento e violações de direitos humanos fortaleceriam as comunidades e enfraqueceriam o crime.[96] A força militar produz o efeito oposto. Como as operações de segurança tendem a ser esporádicas e de curta duração, raramente estabelecem uma presença estatal duradoura. Em vez disso, muitas vezes aumentam a insegurança local e permitem que grupos armados se apresentem como protetores. Isso empurra as comunidades ainda mais para suas mãos e reforça seu papel como principal autoridade na regulação da vida cotidiana e na administração da justiça.

As comunidades locais raramente lucram com as economias ilícitas no longo prazo. A maioria dos que trabalham no tráfico de drogas ou no garimpo mal consegue sobreviver e aceitaria uma renda estável em atividades legais se elas existissem ou se seus produtos tivessem acesso aos mercados.[97] Sem uma alternativa viável às economias ilegais, nenhuma estratégia de aplicação da lei terá sucesso sozinha. Se essas alternativas existissem e os mercados ilegais sofressem pressão sustentada por meio de apreensões de ativos, interrupção da infraestrutura financeira, prisão dos organizadores do crime – e não apenas dos executores – e fiscalização mais rigorosa das cadeias internacionais de fornecimento e da lavagem de dinheiro, essa pressão poderia enfraquecer significativamente essas empresas criminosas e direcionar recursos às comunidades capazes de conduzir seu próprio desenvolvimento. A mesma lógica deve se estender aos fornecedores de combustível, comerciantes de mercúrio e contrabandistas de precursores químicos que tornam possível a mineração de ouro e a produção de cocaína, bem como aos mercados emergentes e às cadeias de fornecimento de minerais críticos, nos quais ainda é necessário identificar pontos de intervenção.

Em meio à guinada à direita na política regional, as redes criminosas transfronteiriças da Amazônia podem receber mais atenção, e é possível avançar seriamente na compreensão e no combate a elas. Mas isso só acontecerá se a floresta amazônica e seus povos vierem em primeiro lugar. Governos hoje mais alinhados entre si poderiam harmonizar a legislação necessária para uma estratégia verdadeiramente regional contra crimes ambientais, financiamento ilícito e destruição da natureza. Mas, se prevalecerem respostas excessivamente militarizadas, o aumento da violência poderá fortalecer os grupos criminosos e afastar as populações que deveriam ser as principais aliadas das autoridades estatais na proteção da região.

REFERÊNCIAS

1 A Global Witness associa mais de um terço dos 124 assassinatos de defensores da terra e do meio ambiente registrados em 2025 ao crime organizado ou a matadores de aluguel. A Colômbia foi, pelo quarto ano consecutivo, o país mais violento, com 39 mortes. Os assassinatos no Brasil mais que dobraram, chegando a 26. A América Latina respondeu por 85% do total. "Collective Power," Global Witness, agosto 2026.

2 "La Amazonía: Un estabilizador climático global," AIDA. 2023.

3 Thomas E. Lovejoy e Carlos Nobre, "Amazon Tipping Point: Last Chance for Action," Science Advances, vol. 5, no. 12 (2019); "Amazon Assessment Report 2021," Science Panel for the Amazon/UN Sustainable Development Solutions Network, 2021.

4 Para reunir informações sobre a presença de estruturas do crime organizado e grupos armados em toda a Amazônia, entre maio e outubro de 2026 o *Amazon Underworld* realizou entrevistas com fontes primárias no território, pesquisou documentos de órgãos estatais e apresentou pedidos de informação. Os entrevistados são principalmente pessoas com conhecimento direto da dinâmica dos atores armados e das economias ilícitas. Esse grupo diverso inclui lideranças indígenas, moradores, lideranças religiosas, agentes de segurança pública, integrantes dos serviços de inteligência, promotores, empresários locais, membros de grupos armados e pessoas envolvidas em economias ilícitas. Pela metodologia adotada, considera-se que um grupo está presente em um município quando é identificado realizando alguma atividade econômica nesse município. O uso do território apenas como rota, por exemplo, não é considerado presença de um grupo naquele município.

5 Na edição anterior do mapeamento, identificamos presença em 67% dos municípios pesquisados. No entanto, como o mapeamento de 2026 ampliou o universo em 323 municípios, uma comparação direta dos percentuais gerais não demonstra uma queda na presença de grupos armados.

6 "Gobierno acabó con Zona de Ubicación Temporal para las disidencias en Putumayo," El Espectador, 10 set. 2026. Em razão de uma decisão judicial, o governo de Abelardo de la Espriella foi obrigado a prorrogar o prazo para o fechamento do espaço.

7 "Venezuela's mining sector: more data needed on geological potential," Reuters, 8 set. 2026.

8 Calculado em 9 out. 2026.

9 "Triple Trouble: Geopolitics, illicit economies, and the risks of the 'war against narco-terrorism' in the Colombia-Ecuador-Peru tri-border," Amazon Underworld e Amazon Watch, 8 jul. 2026; "South America's most dangerous gang invades the Amazon forest," The Washington Post, 16 dez. 2024.

10 "Ataques a lanchas no Caribe e Pacífico intensificam o tráfico por rotas na Amazônia," Amazon Underworld, 19 dez. 2025.

11 Entrevista por telefone com funcionário da inteligência, dezembro 2025.

12 "Dissidentes das FARC chegam ao extremo Leste da Venezuela e controlam região," Amazon Underworld e ArmandoInfo, 27 jul. 2025; "Brazilian Amazon. New trafficking corridors and expanding criminal," Global Initiative Against Transnational Organized Crime, setembro 2026.

13 Triple Trouble: Geopolitics, illicit economies, and the risks of the 'war against narco-terrorism' in the Colombia-Ecuador-Peru tri-border," Amazon Underworld e Amazon Watch, julho 2026.

14 Iván Paredes Tamayo, "How narcos moved 108 tons of timber infused with drugs from Bolivia to Chile," Mongabay, 13 jul. 2026.

15 "O preço do progresso," Amazon Underworld, novembro 2025.

16 Ibid.

17 O Peru elegeu a candidata de direita Keiko Fujimori, e a Colômbia votou no candidato linha-dura Abelardo de la Espriella, cuja plataforma enfatizava a repressão na área de segurança. A Bolívia elegeu Rodrigo Paz, e o Equador reelegeu Daniel Noboa em 2025; ambos são de direita. No Brasil, onde se encontra cerca de 70% da floresta amazônica, Flávio Bolsonaro, filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, venceu o primeiro turno de uma eleição altamente disputada em 4 de outubro de 2026. O segundo turno contra o presidente em exercício, Luiz Inácio Lula da Silva, em 25 de outubro de 2026, determinará se essa tendência continuará.

18 "Terrorist Designations of Los Choneros and Los Lobos," U.S. Department of State, 4 set. 2025; "Terrorist Designation of Comando Vermelho and Primeiro Comando da Capital," U.S. Department of State, 28 mai. 2026.

19 Vivian Sequera e Deisy Buitrago, "Venezuela approves mining law to encourage foreign investment," Reuters, 10 abr. 2026; Regina Garcia Cano, "Venezuela's acting president signs oil industry overhaul, easing state control to lure investors," Associated Press, 30 jan. 2026.

20 O Brasil rejeitou a designação dos EUA, mas está endurecendo sua própria legislação penal: a Lei Antifacção de 2026 estabelece penas de 20 a 40 anos para organizações criminosas ultraviolentas, em comparação com 12 a 30 anos para terrorismo.

21 Bram Ebus, Sinar Alvarado e Jeanneth Valdivieso, "Ataques a lanchas no Caribe e Pacífico intensificam o tráfico por rotas na Amazônia," Amazon Underworld, 19 dez. 2025.

22 A Doutrina Monroe, apresentada pelo presidente norte-americano James Monroe em 1823, declarou que as Américas estavam fechadas a uma nova colonização europeia e que os Estados Unidos considerariam uma interferência externa no hemisfério um ato hostil. Mais tarde, o princípio foi usado para justificar repetidas intervenções dos EUA na América Latina.

23 "National Security Strategy of the United States of America," White House, novembro 2025.

24 "Declaration of Belém," Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, agosto 2023.

25 "A Jungle Heist," International Crisis Group, maio 2026.

26 "Busca Amazonía," Al Margen, 2025; Pamela Huerta, "Quando o ouro governa: políticos e criminosos lutam pelos recursos da Amazônia peruana" Amazon Underworld, 28 out. 2025.

27 "Rebel Razing," International Crisis Group, outubro 2024; Jhoan Pardo, "Comandos de Frontera de la Segunda Marquetalia entregaron un puente en zona rural de Nariño: también intervinieron 18 kilómetros de carreta," Infobae, 1 oct. 2024.

28 O Acordo de Escazú, em vigor desde 2021, é o primeiro tratado juridicamente vinculante com disposições específicas sobre defensores ambientais. A ratificação entre os países amazônicos é desigual. A Colômbia, país mais violento do mundo para defensores, ratificou o acordo em 2024, mas só começou a implementá-lo em agosto de 2026, poucos dias antes da posse de Abelardo de la Espriella. Brasil e Peru assinaram, mas não ratificaram. A Venezuela não assinou.

29 "A Jungle Heist," International Crisis Group, maio 2026.

30 Entrevistas com integrantes de grupos armados, 2025; Jhon Bernal, "Atacan con un dron una embarcación de la Armada de Colombia en Putumayo: así fue el momento," Infobae, 24 ago. 2025.

31 Entrevistas com fontes de cooperação internacional, representantes comunitários e integrantes de grupos armados, Colômbia, 2025 e 2026.

32 Valentina Sánchez Gutiérrez, "Colombia cuenta con un total de 37 cajeros de Bitcoin distribuidos en ocho ciudades," La República, 9 jul. 2023.

33 "Recruitment and Use of Children by Colombian Armed Groups," Human Rights Watch, agosto 2026; "Informe RED-clutamiento 2.0," Jurisdição Especial para a Paz, janeiro 2026.

34 "Minería ilegal de oro: impactos sobre los derechos humanos y la biodiversidad en la Amazonía – seis países reportan," Centro de Documentación e Información Bolivia (CEDIB), outubro 2024.

35 "Opening the black box: Local insights into the formal and informal global mercury trade revealed," IUCN-NL, abril 2020.

36 Entrevista com promotor colombiano, agosto de 2026

37 "Global Humanitarian Overview 2026," OCHA, dezembro 2025.

38 Segundo dados do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) referentes a 2025 e 2026, até outubro.

39 "En 2024 disminuyeron los cultivos de coca en la Amazonía UNODC," La Silla Vacía, 30 jun. 2026.

40 Entrevista com liderança indígena, 2026.

41 Entrevista com liderança comunitária, outubro de 2026.

42 Em razão de uma decisão judicial, o governo de Abelardo de la Espriella foi obrigado a prorrogar o prazo para o fechamento do espaço.

43 Entrevista com alto funcionário colombiano da área de segurança pública, julho de 2026.

44 "Disputa entre grupos armados ilegales pone en riesgo a comunidades indígenas de Amazonas y Vaupés," Defensoría del Pueblo Colombia, 9 set. 2026.

45 "Rebel Razing," International Crisis Group, outubro 2024.

46 "El poder armado en expansión," Fundación Conflict Responses, 12 mai. 2026.

47 Armed Conflict Location & Event Data (ACLED), dados de 21 de julho de 2023 a 28 de agosto de 2026.

48 Entrevista por telefone com fonte de ONG, setembro de 2026.

49 Sinar Alvarado, "Tudo pelo ouro: migração e violência na fronteira Brasil-Colômbia-Venezuela," Amazon Underworld, 6 ago. 2025.

50 Entrevistas por telefone com agentes de segurança pública, funcionários de ONGs e representantes comunitários, 2026.

51 Entrevista por telefone com representante de comunidade indígena, setembro de 2026.

52 "Dissidentes das Farc chegam ao extremo Leste da Venezuela e controlam região" Amazon Underworld e Armando Info, 27 jul. 2025.

53 "O preço do progresso," Amazon Underworld, novembro 2025.

54 Jarrett Renshaw e Ernest Scheyder, "US seeks more access to Venezuela's mineral wealth after tapping its oil, sources say," Reuters, 8 set. 2026.

55 "O preço do progresso," Amazon Underworld, novembro 2025.

56 "Secretary of State Marco Rubio Remarks to Press," U.S. Department of State, 8 set. 2026.

57 "Venezuela, la frontera, los bombardeos y el ELN fueron puntos fundamentales de la cita Rubio-De La Espriella. ¿Qué puede pasar?" Semana, 9 set. 2026.

58 "Marco Rubio: El ELN y disidentes de las FARC operan impunemente en Venezuela," El Nacional, 10 set. 2026.

59 Carlos Suniaga e Enner Agreda Fajardo, "Las Claritas e a disputa pelo ouro na nova era Venezuela-Estados Unidos" Amazon Underworld, 18 jun. 2026.

60 Lisseth Boon e Marcos David Valverde, "Os chefes do crime caem, mas pouco muda nas minas do sul da Venezuela" Amazon Underworld, 13 set. 2026.

61 Entrevista com representante de comunidade indígena, setembro de 2026.

62 Entrevista com o presidente do Ibama, 2026.

63 Bruno Abbud, "Ouro, escavadeiras e fuzis: facções e milícias dominam garimpos na Terra Indígena Sararé" Amazon Underworld, 9 jun. 2026.

64 Gabriel Funari, "Cocaine corridors," Global Initiative Against Transnational Organized Crime, setembro 2026.

65 Entrevista com agente de segurança pública, Brasil, setembro de 2026.

66 Entrevista com liderança indígena, 2026.

67 Entrevistas com agentes brasileiros de segurança pública, Brasil, setembro de 2026.

68 Entrevista com ex-integrante de organização criminosa, Belém, Brasil, 2026.

69 "Cartografias da violência na Amazônia," Fórum Brasileiro de Segurança Pública, novembro 2025; "Investigação sistemática da criminalidade e representação política na Amazônia Legal," Fórum Brasileiro de Segurança Pública, março 2026.

70 "Farc na fronteira? Comandante Militar da Amazônia explica possível movimentação e fala sobre reação do Exército," NC News, 9 set. 2026.

71 "Triple Trouble: Geopolitics, illicit economies, and the risks of the 'war against narco-terrorism' in the Colombia-Ecuador-Peru tri-border," Amazon Underworld e Amazon Watch, 8 jul. 2026

72 Entrevista por telefone com oficial militar, maio de 2026

73 Diego Cazar Baquero, "Sem Estado nem lei: com Noboa no poder há dois anos, a Amazônia do Equador é controlada e negociada entre grupos armados" Amazon Underworld, 12 fev. 2026.

74 Entrevista por telefone com liderança comunitária em Orellana, julho de 2026.

75 Publicação no X: https://x.com/AmazonUworld/status/2098812079893311890/photo/2. setembro 2026.

76 "Campamentos guerrilleros destruidos en el Alto Punino," Ministério da Defesa, 7 set. 2026.

77 Entrevista com especialista em mineração em Tena, agosto de 2026.

78 Arturo Torres e Dan Collyns, "Ecuador's Los Lobos narcotrafficking gang muscles in on illegal gold mining," Mongabay, 28 mai. 2024.

79 Luis Ferré-Sadurní, José María León Cabrera, Annie Correal e Eric Schmitt, "The U.S. Said It Helped Bomb a Drug Camp. It Was a Dairy Farm," New York Times, 24 mar. 2026.

80 "Killing 'Narco-Terrorists' at Sea," OHCHR, setembro 2026.

81 "Cinco presuntos integrantes de Los Lobos y de los Comandos de la Frontera fueron abatidos en Orellana," El Universo, 2 out. 2026; "Ejército de Ecuador mata a cinco 'terroristas' vinculados al tráfico de oro," La Opinión, 2 out. 2026.

82 Entrevista com oficial militar superior peruano, 2026.

83 "Recrutados na Amazônia: crianças e adolescentes peruanos são aliciados por grupo armado colombiano" Amazon Underworld, 7 out. 2026; entrevista com representante comunitário, 2026.

84 "Fuertes combates contra las disidencias de las Farc se registran en la frontera entre Colombia y Perú: esto se sabe," Infobae, 28 set. 2026.

85 "El Gobierno de Bolivia alertó que el PCC y Comando Vermelho reclutan a ciudadanos en la frontera con Brasil," Infobae, 17 set. 2026.

86 "'Guerra' entre PCC e CV na Bolívia deixa nove mortos, incluindo um policial", Jovem Pan, 3 ago. 2026.

87 "Líder do PCC é expulso da Bolívia e entregue à Polícia Federal brasileira", Folha de Pernambuco (Estadão Conteúdo), 18 mai. 2025.

88 "Gobierno de Paz lanza una nueva política antidroga tras el aumento de los cultivos de coca," Infobae, 8 set. 2026; "Bolivia y la DEA reanudan las investigaciones antidroga conjuntas para contrarrestar el narcotráfico regional," Infobae, 2 abr. 2026.

89 "Bolivia y la DEA reanudan las investigaciones antidroga conjuntas para contrarrestar el narcotráfico regional," Infobae, 2 abr. 2026.

90 "Bolivia creará unidades de élite antidroga cerca de frontera con Brasil con apoyo de EEUU," Infobae, 29 set. 2026.

91 "Estudio advierte expansión de la minería ilegal en Bolivia y alerta por impactos ambientales y económicos," Brújula Digital, 14 fev. 2026.

92 "Pueblos originarios de la Amazonia de Pando anuncian desalojo de cooperativas que extraen oro, del río Madre de Dios," Visión 360, 26 set. 2026.

93 "European Drug Report 2026," European Union Drugs Agency, junho 2026; "European Drug Report 2025," European Union Drugs Agency, junho 2025.

94 "From Illegal Garimpo to Good Governance," International Institute for Strategic Studies, setembro 2026.

95 "O preço do progresso," Amazon Underworld, novembro 2025.

96 O Regulamento da UE sobre Produtos Livres de Desmatamento (EUDR), instrumento para impedir a entrada no mercado europeu de produtos associados ao desmatamento, abrange gado, cacau, café, óleo de palma, borracha, soja e madeira, mas não ouro. Sua entrada em vigor foi adiada duas vezes, para dezembro de 2026, e o regulamento foi enfraquecido, limitando a diligência devida ao primeiro vendedor na UE. A proposta estadunidense Legal Gold and Mining Partnership Act, que exigiria uma estratégia do Departamento de Estado contra o ouro ilícito nas Américas, está paralisada desde 2022.

97 Pamela Huerta e Bram Ebus, "Os narcotraficantes mais pobres da cadeia do tráfico de drogas" Amazon Underworld, 5 jun. 2023.


AMAZON UNDERWORLD
almargen
La Liga
CONTRA EL SILENCIO
ARMANDOINFO®
INFOAMAZONIA